

POLÍTICA

Sarney avança, mas parlamentarismo tem maioria.

Com o impasse, foi formada uma nova comissão para negociar.

As pressões desencadeadas pelo presidente Sarney contra o parlamentarismo e a favor do presidencialismo, mesmo cedendo maiores poderes ao Legislativo, começam a dar resultados. Os constituintes parlamentaristas decidiram ontem criar uma comissão especial interpartidária, formada pelos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), com objetivo de manter entendimentos com o presidente da República em busca de uma emenda capaz de conciliar as duas tendências.

O presidente Sarney não está medindo esforços para evitar a aprovação do parlamentarismo na forma em que está colocado no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. A nova ofensiva, que está sendo conduzida pelo líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, é atuar junto aos constituintes parlamentaristas através de uma forma compacta, contando para isso com o apoio dos parlamentares presidencialistas, segundo informou ontem o deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), após despacho com Sarney, no Palácio do Planalto.

O presidente do PFL, Marco Maciel, um dos aliados do presidente Sarney contra o parlamentarismo, já está em plena atividade. Ontem, pela manhã Maciel foi até a residência do líder do PDT, Brandão Monteiro, para uma reunião, que durou mais de duas horas. O PDT é todo presidencialista, conforme orientação do ex-governador e dirigente do partido, Leonel Brizola.

A reunião foi positiva, na medida em que ficou acertado que as lideranças dos dois partidos vão rever suas emendas para identificar o que existe de comum entre elas, de modo a estabelecer um "diálogo positivo" na Constituinte. Na defesa do presidencialismo, o presidente Sarney contará com o apoio do PT, pois o deputado José Genoíno já anunciou o apoio à tese presidencialista de governo, mas tanto o PDT quanto o PT querem o apoio do Planalto contra o voto distrital, contido no primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Pressões

No Congresso Nacional, ontem, alguns parlamentares comentavam que na escalada das pressões contra o parlamentarismo, o presidente Sarney está mobilizando tam-



bém o chamado segundo escalão do governo, onde se incluem os presidentes das estações. Assim foi interpretado o jantar que o presidente da Portobrás, Carlos Teófilo, ofereceu em sua casa anteontem a vários parlamentares do PMDB, do PFL, do PTB, e até do PDT, com o prévio consentimento do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares. Um dos participantes, Alair Ferreira (PFL-RJ), morreu ontem de manhã de infarto.

O deputado Jorge Leite disse que Sarney conta com a maioria presidencialista dentro da Comissão de Sistematização. Essa maioria, pelas suas contas, é traduzida em 51 votos a favor contra 42 a favor do parlamentarismo. São 93 constituintes os membros da Comissão.

Entretanto, esta não é a opinião do deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na câmara. Ele revelou que a pesquisa em andamento na bancada está mostrando a preferência pelo parlamentarismo. Contou que dos 259 deputados do PMDB mais de 100 já responderam à pesquisa, cujo resultado parcial demonstra que 71 apoiam o parla-

mentarismo, 35 pelo presidencialismo e quatro a favor de um sistema misto.

A emenda Sarney

O presidente Sarney não está perdendo tempo e com assessoria do consultor-geral da República, Saulo Ramos, já elaborou a emenda a favor do presidencialismo que será apresentada hoje ao substitutivo do relator Bernardo Cabral por um grupo de parlamentares governistas, liderados pelo deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP). A emenda de iniciativa do executivo prevê: o presidente da República será o chefe do governo, do Estado e comandante supremo das Forças Armadas; o Congresso poderá apresentar voto de censura aos ministros, exceto os militares e o chefe do Gabinete Civil, mas sujeitos a veto presidencial; o Congresso recupera todas as prerrogativas perdidas no período autoritário e recebe novos poderes, especialmente na fiscalização dos atos do Executivo, que terá de submeter à sua aprovação programas de grande porte, como a Ferrovia do Aço, por exemplo.

Já o parlamentarismo proposto pelos parlamentares fiéis ao presidente Sarney terá o Conselho de Defesa Nacional para opinar sobre estado de sítio, de defesa e intervenção nos Estados. Haverá comissão permanente mista para fiscalizar os atos do Executivo, e os ministros serão obrigados a comparecer ao Congresso, participando de debates com os parlamentares, e não apenas para fazer exposições. O presidente da República continuará com a facultade de baixar decretos-leis nos mesmos casos excepcionais hoje previstos, mas não haverá discursos de prazo e o Congresso poderá emendá-los.

Preocupado com a falta de consenso sobre o sistema de governo, o deputado Michel Temer (PMDB-SP) reapresentou ontem proposta de emenda para que o sistema de governo a ser adotado na futura Constituição, parlamentarista ou presidencialista, seja submetido a uma consulta popular, após a promulgação da nova Constituição. Na hipótese de rejeição do sistema proposto na Constituição, a Comissão de Sistematização terá que elaborar, em 15 dias, projeto do outro sistema e o submeterá à discussão e deliberação final da Constituinte.

Amato e a defesa da livre iniciativa

"É" o momento da reafirmação dos princípios da crença no indivíduo e na sua liberdade, estimuladora da inventividade e da responsabilidade, contra a ordem estatizante, adepta do poder público hipertrofiado".

Essa afirmação foi feita ontem, no plenário da Comissão de Sistematização, pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, que ocupou a tribuna para defender a emenda popular de iniciativa do Fórum Informal de Empresários, que reúne oito entidades representativas da indústria, comércio, transportes, agricultura e estabelecimentos de crédito.

Amato fez veemente defesa da empresa privada, justificou o lucro como alavanca do progresso e da justiça social, lembrou que a industrialização brasileira foi marcada, desde o início, pela associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, "sem problemas de maior profundidade", e que o País "sempre se beneficiou com o aporte de investimentos e de tecnologia". Defendeu a propriedade privada, inclusive da terra, e advertiu: "Não há liberdade política sem liberdade econômica".

Amato, que chegou mais cedo à reunião, ainda pôde ouvir os dois oradores que o antecederam: Olívio Dutra (PT-RS), que defendeu entre outras coisas o monopólio das riquezas minerais por parte da União e a estatização do sistema financeiro; e Lidice da Mata (PC do B — BA) que defendeu uma emenda de iniciativa do Mosteiro de São Bento e de outras entidades baianas, estabelecendo prazos reduzidos para o usucapão, tanto em terras rurais como em terras urbanas.

O presidente da Fiesp começou seu discurso ressaltando sua "crença inabalável nos princípios que norteiam a livre iniciativa". Disse: "princípios que se confundem com a própria liberdade de empreender, um direito inerente ao homem. Nossa proposta visa a uma série de objetivos, todos eles voltados para o fortalecimento da economia, por meio de um capitalismo moderno, comprometido com o bem comum, com a satisfação das necessidades da população brasileira". Assinalou ter a profunda convicção de que "só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e conseqüentemente uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social".

Mais adiante, Mário Amato disse ser o momento de se estabelecer uma política regeneradora, que elimine os entraves à privatização e possibilite a implantação do regime da eficiência, visando ao desenvolvimento econômico e social do País. "O progresso econômico — notou — sempre dependeu da vontade, da força, da competência das elites empresariais." Lembrou ter sido a agilidade do setor privado que possibilitou os êxitos alcançados na conquista de mercados internacionais. "O empresário privado mostrou-se à altura da terrível contingência que colocou em risco a economia brasileira."

"Esperamos — continuou — que a nova Constituição consolide a transição para um regime de economia de mercado, de competição franca e sadia, onde a competência e a eficiência substituam o sistema das decisões arbitrárias. É hora de ajustar o setor público, eliminando a ineficiência e a sua expansão, até aqui avassaladora." Condenou essa "voragem", que "acaba decapitando o próprio governo, apesar do regime tributário draconiano que sofremos". E, como resultado dessa intervenção do Estado na economia, o governo se afasta do seu real papel de produtor de investimentos básicos essenciais nas áreas de educação, saúde, promoção humana.

O presidente da Fiesp enfatizou muito que "só com a presença marcante da iniciativa privada na economia nacional será possível criar as condições necessárias à liberdade individual e ao aprimoramento da sociedade como um todo". Pediu aos constituintes também que façam uma reflexão a respeito da questão do capital estrangeiro, "sem preconceitos, nem sentimento xenofóbico, mesmo porque o Brasil precisa realizar investimentos em volume muito superior ao que lhe seria possível financiar apenas com a sua poupança interna". "O desestímulo à entrada de novos capitais de risco — advertiu — vai provocar uma ruptura no processo de modernização, industrialização e crescimento da nossa economia."

Petrobrás

Já o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, ao defender a emenda popular sobre o monopólio estatal do petróleo, sustentou que os contratos de risco para prospecção de petróleo foram introduzidos no País de forma clandestina, por não existir qualquer dispositivo legal que autorize a desobediência da Lei 2004, que criou a Petrobrás.

Barbosa observou que, decorridos 12 anos, os 243 contratos de risco firmados não propiciaram a descoberta de nenhuma gota de petróleo, limitando-se à descoberta apenas de um pequeno campo de gás natural na bacia de Santos.

Saudado efusivamente pelo presidente da Comissão, Afonso Arinos, Barbosa Lima pediu aos constituintes a aprovação na íntegra do artigo 234 e seu parágrafo do substitutivo do relator Bernardo Cabral.



Mário Amato, defendendo a livre iniciativa.



Barbosa Lima, defendendo o monopólio do petróleo.

Militares: eles dizem o que querem. Com emendas.

Muito mais que modificar a forma como consta do substitutivo do relator Bernardo Cabral sobre o papel das Forças Armadas, os militares querem acabar com a figura jurídica do *habeas data* — o direito constitucional dado ao cidadão comum para tomar conhecimento de informações e referências pessoais que constem nas fichas do SNI, Cenimar, Ciex, Cisa e outros órgãos de informações. Para isso, os militares providenciaram o envio de várias emendas à Constituinte.

Das Forças Armadas saiu também outra emenda com o objetivo de alterar os artigos do substitutivo que conferem ao Congresso Nacional atribuições para permitir o trânsito e a permanência temporária de Forças estrangeiras no Território Nacional. Na atual Constituição, tais permissões são feitas apenas pelo presidente da República. A extensão de tal poder ao Legislativo, segundo disse ontem um oficial, implicaria numa "intromissão indevida", podendo provocar problemas até mesmo nos treinamentos conjuntos que os militares brasileiros fazem com tropas estrangeiras.

A anistia é outro ponto de honra para os militares: eles não a aceitam nem mesmo da forma mais branda como consta do substitutivo. A pensão aos ex-combatentes é mais um artigo que, para as Forças Armadas, deve ter o mesmo fim da anistia: fora do texto constitucional.

No caso dos oficiais que alegam ter sido punidos com base em assinatura falsificada do então presidente Costa e Silva, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima, revelou ontem que vai acatar a decisão da Justiça. "Nesse caso, não há outra alternativa, se for provado que realmente houve a falsidade alegada."

Com base num relatório sobre o substitutivo de Cabral, elaborado pelo Ministério

da Aeronáutica, Moreira Lima demonstra que as atribuições das Forças Armadas previstas no anteprojeto não são aquelas defendidas por nenhum dos ministros militares. Por isso, disse, a FAB vai apresentar uma sugestão à Constituinte para que seja respeitada a tradição das Constituições do País, "que situa as Forças Armadas como instituições nacionais permanentes, responsáveis pelos poderes constitucionais, a lei e a ordem".

Essas atribuições, na verdade, só foram alteradas na Carta de 1967, outorgada pela junta militar de 1969. Na época, as Forças Armadas foram situadas como instituições responsáveis não pela garantia dos "poderes constitucionais", mas dos "poderes constituídos", abrindo assim, segundo os juristas, a possibilidade de ser dado apoio a governos surgidos ilegítimamente.

Debate

A participação das Forças Armadas na segurança interna do País e o questionamento sobre como legitimar tal aspiração dos militares é um dos temas propostos ao debate que a Aeronáutica fará na próxima terça-feira, no Rio, com a participação de alguns constituintes. A pauta será essen-

cialmente política: o objetivo é tomar conhecimento do pensamento dos deputados e senadores e tentar proporcionar um maior relacionamento entre Congresso Nacional e FAB.

Além desses temas, contudo, os militares querem saber dos parlamentares se ainda existe temor de golpe militar dentro do Congresso. Os oficiais da FAB, particularmente, querem receber maiores instruções sobre o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo —, papel político do militar, dos sindicatos, capital estatizado ou privatizado, autonomia do Congresso, orçamento e equilíbrio entre os três poderes.

Como uma espécie de antecipação a essas questões, o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) garantiu ontem que "está claro no País que não existe mais clima de golpe". O que pode existir, segundo ele, é "um clima de convulsão social". Bacelar fez tais considerações ontem, durante o comício pelas diretas em 1988, em Belo Horizonte.

"Não existe mesmo clima de golpe militar", confirmou o senador Afonso Camargo (PTB-PR), recentemente desligado do PMDB. Camargo diz ter informações de "áreas específicas" para fazer tal afirmação. "Os quartéis, no Brasil, sempre se comportaram de acordo com a opinião pública e não fugirão a esta regra", emendou o senador. Para ele, pronunciamentos como o último do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, "são hoje apenas recados indevidos, que vêm como ameaças de quem se preocupa com o que vai ser escrito na futura Constituição".

Bacelar concorda com Camargo e, durante o comício, convocou a população a "pressionar os constituintes" na fase final de elaboração do texto. Para Bacelar, Leônidas, com suas críticas, apenas "mandou um recado aos covardes".

Reforma: na falta de consenso, o voto é que vai decidir.

Não há acordo possível sobre a reforma agrária e a criação de um tribunal constitucional entre os grupos de consenso, formados em torno do vice-líder peemedebista na Constituinte, deputado Euclides Scalco, e dos "32", liderado pelo senador José Richa. Os dois blocos concluíram ontem os entendimentos com relação às questões polêmicas em exame pela Comissão de Sistematização, mas não chegaram a uma solução consensual sobre esses dois pontos, que serão decididos pelo voto.

A informação foi dada ontem pelo deputado Euclides Scalco, acrescentando que os dois grupos se entenderam sobre os capítulos que tratam da ordem econômica, segurança, saúde, previdência, assistência social e anistia, além da educação e comunicações. Como não foi possível a aprovação de uma fórmula comum para a questão da cultura, ciência e tecnologia, bem como sobre índios e menores, o grupo do consenso vai apresentar suas próprias emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O acordo sobre a reforma agrária não foi realizado porque o consenso só aceita a imissão imediata da posse das áreas desapropriadas, num prazo de 90 dias, com o que não concorda o grupo dos 32.

As duas correntes de constituintes divergem também sobre o tribunal constitucional. O consenso deseja criá-lo, enquanto o grupo dos 32 defende a instalação de uma câmara constitucional no próprio Supremo Tribunal Federal, o que significa limitar sua autonomia e submetê-la àquele tribunal. Também nesse caso, os dois blocos defenderão posições divergentes através de emendas ao parecer de Bernardo Cabral.

Novo relator

O líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, indicou ontem seu colega do Senado, Carlos Chiarelli, para relator-adjunto da Comissão de Sistematização, como resultado de encontro mantido anteontem entre o relator Bernardo Cabral e a cúpula pefelista. "Isso é muito importante para o partido que passa a ter um canal permanente de diálogo com o relator", explicou Chiarelli. O pedido de indicação de um nome para relator-adjunto foi feito pelo próprio Cabral.

Um parlamentar do PDS, que não quis se identificar, desprezou a conquista dos pefelistas: "A marginalização do PFL na Comissão de Sistematização é tão grande que chegaram a exigir de Cabral um lugar de relator-adjunto, que os outros partidos têm naturalmente", disse.

Ontem, Cabral recebeu emenda do deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) extinguindo os atuais partidos, com registros definitivos, provisórios ou em formação. Se aprovada a proposta, os atuais parlamentares deverão se reunir em blocos, não sendo permitida a transferência de um bloco para outro até que sejam organizados novos partidos. "O pluripartidarismo no Brasil tornou-se anárquico e caótico", explicou Spinelli.

E hoje o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, receberá algumas das propostas das mulheres constituintes, que querem a realização de uma reforma agrária pela implementação de ampla democratização do acesso à terra, a adoção de uma política urbana capaz de atender às aspirações e necessidades da população, maior autonomia para os municípios, a erradicação da violação dos direitos humanos e normas punitivas rígidas contra autores de agressões e violências à mulher.

E prosseguindo à atual fase de defesa das emendas populares, o juiz do Tribunal de Alçada do Rio, Jorge Uchôa de Mendonça, estará às 10 horas de hoje na tribuna da Constituinte. Uchôa defenderá a emenda do movimento pró-censura, que quer a existência de um órgão controlador das diversões públicas na televisão e no rádio e classificatório para cinema e teatro. A emenda tem o apoio do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma.

Temas polêmicos

A participação dos estados e municípios na arrecadação tributária do País no próximo ano, prevista no texto do anteprojeto de Constituição, não está agradando aos governadores. "Estou tremendamente triste e decepcionado com essa Constituinte com relação à reforma tributária", disse ontem o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra. Segundo Bezerra, esse tema deverá ser debatido na reunião de governadores, hoje, em Florianópolis.

Pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral, estados e municípios passarão a ter uma participação de 35,2% na arrecadação da União. Para Bezerra, isso significa que o governo federal continuará detendo a maior parte dos recursos.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, e o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, também criticaram o substitutivo.

Segundo Brossard, o texto "está longe de ser o ideal", frisando entretanto que "sempre é tempo para corrigir os erros". O ministro afirmou também que, "em nome da qualidade", não hesitaria em apoiar a prorrogação, por alguns meses, do prazo previsto para a elaboração da nova Carta.

Já o general Edison Boscacci Guedes condenou as atribuições das Forças Armadas definidas no substitutivo. "Nós devemos manter o que estabelece a atual Constituição, que define as Forças Armadas como instituições permanentes para a manutenção da ordem e da lei, interna e externamente, e os poderes constitucionais", afirmou o general.